

UMA ANÁLISE SOBRE O CONCEITO DE LIBERDADE NA PERSPECTIVA DE AGOSTINHO DE HIPONA

AN ANALYSIS OF THE CONCEPT OF FREEDOM IN THE PERSPECTIVE OF AUGUSTINE OF HIPON

Erike Santos Aristides¹

Resumo: O objetivo deste trabalho consiste em analisar o conceito de liberdade, segundo a perspectiva de Agostinho de Hipona. De fato, a questão da liberdade é um assunto relevante de se pensar em diferentes circunstâncias e contextos. A fim de delimitar o enfoque desta análise, propusemo-nos pesquisar sobre o problema da liberdade situado no evento histórico da filosofia patrística e medieval. E, assim, poderemos observar com mais clareza, os desdobramentos e implicações ético-morais, que dizem respeito aos fundamentos e princípios da liberdade, em detrimento da convicção teológica da época, pela qual Deus é imprescindivelmente, concebido como única fonte de ser e agir do gênero humano, em todas as dimensões antropológicas. Agostinho é o filósofo, que a princípio, articula no âmbito teocêntrico, a noção de vontade livre, por meio do livre-arbítrio, cuja possibilidade de viver a autêntica liberdade perpassa pelo horizonte da Graça Divina. Conforme o hiponense, sem este auxílio divino, a humanidade está fadada à escravidão de suas respectivas paixões e vícios. Logo, a humanidade é dotada de livre-arbítrio. Por sua vez, a ética agostiniana almeja ressignificar os princípios evangélicos, e resgatar o sentido da liberdade e vida feliz. Esta ética segue os parâmetros de um amor *ágape*, que seja incondicional a Deus e ao próximo. Apesar de fazer parte de um processo de conversão interior, Agostinho nos convida a assumir esta postura ética, a partir de uma vontade decidida e responsável, de modo a introduzir-se na graça de Deus, para enfim, obter a verdadeira felicidade no mundo vigente rumo à beatitude eterna.

Palavras-Chave: Agostinho. Livre-arbítrio. Vontade livre. Ética. Deus.

Abstract: The objective of this work is to analyze the concept of freedom, according to the perspective of Augustine of Hippo. In fact, the issue of freedom is a relevant issue to think about in different circumstances and contexts. In order to delimit the focus of this analysis, we set out to research the problem of freedom situated in the historical event of patristic and medieval philosophy. And, thus, we can observe more clearly, the unfolding and ethical-moral implications, which concern the foundations and principles of freedom, to the detriment of the theological conviction of the time, by which God is essential, conceived as the only source of being and acting. of the human race, in all anthropological dimensions. Augustine is the philosopher, who, at first, articulates in the theocentric scope, the notion of free will, through free will, whose possibility of living authentic freedom permeates the horizon of Divine Grace. According to the Hippo, without this divine help, humanity is doomed to the slavery of their respective passions and vices. Therefore, humanity is endowed with free will. In turn, Augustinian ethics aims to resignify the evangelical principles, and rescue the meaning of freedom and happy life. This ethics follows the parameters of an agape love, which is unconditional towards God and neighbor. Despite being part of a process of interior conversion, Augustine invites us to assume this ethical posture, based on a decisive and responsible will, in order to introduce ourselves into God's grace, in order to finally obtain true happiness in the current world towards eternal beatitude.

Keywords: Augustine. Free will. Free will. Ethic. God.

¹ Licenciado em Filosofia na UNIFAI - Centro Universitário Assunção. Bacharelado em Teologia pela PUC-SP. Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional na UNINTER-SP. E-mail: cristologia.esa27@gmail.com

Introdução

A liberdade é um dos atributos humanos que, de modo significativo, está presente na realidade, enquanto condição existencial no tempo e espaço. O conceito de liberdade se caracteriza por aspectos polissêmicos, de multiplicidade de sentidos, no processo narrativo-hermenêutico, cuja capacidade investigativa e interrogante, própria do gênero humano, insiste em repensar os valores que lhe são inerentes e caros.

O que é a liberdade, propriamente dita? De fato, o que significa ser livres? A liberdade é um dom divino ou uma conquista autônoma? É possível obter a vontade-livre, apesar de condicionamentos existentes? Liberdade é sinônimo de libertinagem? Faço o bem que quero, quando quero, ou faço o mal, quando não quero? “O homem. Quem é ele, e para onde se destina”?

Sabe-se que, a chave de leitura para compreendermos o conceito de liberdade, deriva subjetivamente do sujeito histórico consciente. Nesse sentido, Agostinho, cujo autor será objeto de estudo dessa pesquisa, aborda uma reflexão sobre a liberdade que denota imprescindivelmente a questão de Deus, e seu influxo na história humana, como fonte primeira da liberdade.

A visão agostiniana teocêntrica acerca da liberdade, não isenta o gênero humano da responsabilidade da vida, enquanto tal. Deus, na perspectiva de Santo Agostinho, é a força impulsionadora para tudo o que é bondoso, generoso, justo, verdadeiro, que segundo sua Graça, somos também nós, na condição da vontade-livre, capazes de realizá-la de igual modo. Em contrapartida, a liberdade, por ser um elemento complexo, também nos permite fazer mal, se assim o escolhermos.

Dessa maneira, o cenário de atuação dessa dádiva adquirida e desenvolvida, que é a liberdade, se dará no mundo concreto e socialmente estruturado. A liberdade, contudo, é um “jogo” de escolhas internas e externas que, dependendo do lugar e espaço que ocupamos na sociedade, tem o poder enorme de transformação ou destruição.

Dito isto, o presente trabalho, objetiva, em primeiro lugar, por em evidência, alguns aspectos da vida e obra de Agostinho de Hipona. Ele, por sua vez, é um dos representantes significativos, na tradição católico-cristã em defesa da fé, vida, liberdade e dignidade humana a partir da reintegração dos valores ético-morais e religiosos.

Em seguida, desdobraremos a temática central sobre a análise teocêntrica da liberdade em Agostinho, no intuito de contribuir para com os estudos já existentes sobre o assunto, de modo a aprofundar o conceito de liberdade, segundo a lógica de Agostinho.

A análise da liberdade, na perspectiva do hiponense, fomentará a aplicabilidade dessa abordagem no respectivo contexto histórico originado, consistindo em introduzi-los, num caminho de interpretações filosóficas e teológicas. Comparar a relevância e o valor da liberdade à luz da ética agostiniana, frente aos desafios de ressignificação do termo liberdade para a sociedade contemporânea.

Para tanto, a pesquisa será abordada por meio de fontes bibliográficas: Escritos de Agostinho de Hipona, Sagrada Escritura, literaturas e artigos relacionados.

1. Agostinho de Hipona

Aurélio Agostinho (354-430), nasceu em Tagaste, no Norte da África, foi bispo de Hipona numa cidade na província romana do próprio continente (AGOSTINHO, 1997, p. 10). A princípio, antes de se converter ao cristianismo, pela influência das pregações e conselhos espirituais do bispo Ambrósio e padre Simpliciano, ele adere a corrente filosófica dos maniqueístas. Pode-se dizer que, o despertar vocacional do jovem Agostinho pela filosofia e, a busca inquietante pela verdade, se deu em razão da leitura de uma estimada obra de Cícero, cujo livro, atualmente desaparecido, intitulou-se “Hortênsios de Cícero” (AGOSTINHO, 1997, p. 69-70). A reflexão provocada por este autor, nos seus escritos, atinge profundamente Agostinho, lhe remetendo, quase que subitamente, ao amor à sabedoria filosófica. Movido por este ardor e lucidez das coisas, e, sob a iluminação intelectual obtida por meio de Cícero, em sua obra em questão, o jovem Agostinho, se fez discípulo temporário dos maniqueístas. Por conseguinte, se aprofunda na filosofia neoplatônica, e permanentemente com o cristianismo (AGOSTINHO, 1997, p. 11).

Agostinho é considerado, sem dúvida alguma, um dos mais notáveis teólogos e filósofos, em meio aos padres da Igreja, no período da patrística. Esse evento, por sua vez, designa uma vertente de teólogos apologeticos, que rigorosamente, buscavam defender a fé cristã, servindo-se da respectiva filosofia, de modo a tornar-se mais inteligível à luz da razão, os elementos que compõem a doutrina cristã, para fins de credibilidade universal, refutação dos hereges e considerados incrédulos de má fé (HILTON; DANILO, 2006, p. 213).

O apologista Agostinho, fez a vez de uma significativa e fascinante história intelectual, que abarcaram, não obstante, os problemas de um cenário contextual,

conhecimentos em diferentes níveis, tais como: filosofia, teologia, antropologia, astrologia, lógica, psicologia, política, moral-ética, que perduram até os tempos atuais.

Grosso modo, Agostinho exerceu papel relevante entre os padres da Igreja no ocidente, em que suas articulações dialéticas de cunho reflexivo sobre a doutrina cristã, e o pensamento filosófico, resultaram no tempo e espaço, influentes tratados, dizem respeito, à fé e à razão, salvação, pecado, graça de Deus e a liberdade, ou seja, o livre arbítrio. Dentre as suas principais obras desenvolvidas e mais populares, estão: Confissões, O Livre-arbítrio, Tratados sobre a Graça, A verdadeira religião, Doutrina cristã, A Trindade, A cidade de Deus, e a natureza do Bem.

2. O problema do Mal

É notório que a questão do mal perpassou gerações e gerações, submersas na obscuridade da dúvida, e entendimento sobre as reais causas dos sofrimentos morais e físicos. Temos, dentre outras perspectivas argumentativas acerca deste mal: a visão determinada dos Gregos, o dualismo dos Maniqueus e a respectiva compreensão de Agostinho.

No caso dos gregos, este fenômeno sombrio, era considerado natural, cujas correntes filosóficas antigas, atribuiriam às dimensões do sofrimento humano, um horizonte puramente orquestrado pelo universo-cosmológico. A vida humana fazia parte de uma história cíclica ordenada pelo universo, em que a realidade era necessariamente, vítima de fatores determinantes do tempo e espaço. Logo, não haveria lugar para liberdade, a fim de que o indivíduo usufrísse de autonomia, e protagonismo da própria história, ou seja, tanto os feitos causados e sofridos, estavam sujeitos a uma espécie de predestinação cósmico-universal imprescindível (MONDIN, 1980, p. 113).

Por outro lado, temos a visão dualista dos maniqueístas, da qual se acredita na existência de duas naturezas a regerem o universo sob instâncias amplamente dicotômicas, a saber: a substância do Bem e do Mal. Para essa doutrina, o Mal, em si, é uma substância, um Ser, tanto quanto o Bem. As semânticas terminológicas de tais naturezas, se intitulam de Deus - Luz, e a outra, a má natureza, de Trevas ou demônio, como justificativa da existência do mal no mundo.

No enfoque do filósofo hiponense, tanto a natureza do Sumo Bem como a sua criação, é boa por excelência, embora sejam suscetíveis a aspectos indesejáveis, como as “trevas”, relacionados a doenças, dores e sofrimentos. Porém, não significa,

necessariamente, que Deus seja a razão eterna desta supremacia de males, aprisionado na esfera das “trevas”, dito pelos maniquéus, de maneira tão confusa, contraditória e imoral.

[...] Eles dizem que a mesma parte da natureza de Deus está mesclada por toda parte nos céus, na terra, embaixo da terra, em todos os corpos secos e úmidos, em todas as carnes, em todas as sementes das árvores e das ervas, nos sêmens dos homens e dos animais. Mas não dizem isso como nós afirmamos de Deus, que ele está presente sem nenhum vínculo em todas as coisas pelo poder da sua divindade para administrá-las e governá-las de maneira inviolável e incorruptível. (AGOSTINHO, 2019, p. 57).

Para combater essa ideia dualista, Agostinho postula a unicidade da natureza como elemento consistente contra essa doutrina: “Portanto, é falso afirmar que os grandes bens provenham de um princípio e os bens pequenos, de outro; mas tanto os grandes bens como os pequenos não provêm senão do bem supremo, que é Deus” (AGOSTINHO, 2019, p. 29).

Sabemos que, durante o processo de busca pela verdade e tentativa de solução para o problema do mal, outras influências filosóficas fizeram parte do pensamento de Agostinho, tais como a metafísica, o estudo do Ser em Platão, mas, sobretudo, na perspectiva neoplatônica, em relação ao aspecto ontológico-metafísicas, desenvolvido pelo filósofo Plotino, no que concerne ao Uno, definido na forma de um Ser absoluto, da qual transcende todos os gêneros dos seres, ou seja, um Princípio sem causa, em que todas as coisas existentes descendem (REALE; ANTISERI, 2003, p. 84). Deste modo, Agostinho também faz alusão e articula os textos sagrados da bíblia, precisamente no Antigo Testamento, para fundamentar o conceito monoteísta, em que diz: “Eu sou Aquele sou” (Ex 3,14). Ao fazer estas apropriações filosóficas, conclui-se de que Deus é o Ser supremo, e o grau máximo dos demais seres, Ele é imutável (AGOSTINHO, 2019, p. 33).

Na ótica de Agostinho, tudo provém da divina providência de Deus, exceto o mal. Deus é aquele cujos bens criados, tanto em grau maior ou menor, tais como, vida, saúde, memória, paz de ordem tanto corporal, como espiritual, coexistem em Deus, e tendem ao seu criador, porém, uma vez desviada desta harmonia espiritual-humana, eclode-se, então, o mal, de maneira inadequada e ausente de Bem (AGOSTINHO, 2019, p. 29).

Por estes e outros pressupostos teóricos, é que fora possível articular, de modo mais evidente, a incógnita origem do mal, chegando assim, às seguintes conclusões: O mal não é uma substância, muito menos inerente à natureza existente, e sim uma redução, ausência e destituição de Ser-Bem, assim como “tudo aquilo que se corrompe sofre uma diminuição de bem” (AGOSTINHO, 1997, p. 191-192).

Por certo, a premissa pela qual o problema do mal se desenvolve em Agostinho, concerne na seguinte questão: Se tudo decorre de Deus, que é o Bem, em que parte origina-se o mal? (AGOSTINHO, 1995, p. 25-26). Por isso, não obstante, Agostinho continuar inquieto com a questão do mal, ele objetiva estabelecer uma explicação mais contundente, à luz da razão, de modo que, redimensiona seus questionamentos e argumentos, pelo menos em grande parte, ao seu amigo e conterrâneo, Evódio, de forma coloquial, cujo relato das conversas de ambos registradas, demonstram ser bastante intrigantes, envolventes e, ao mesmo, tempo complexas. Segundo se observa, ambos analisam uma constatação paradoxal: “Não obstante, Deus não é o autor do pecado. Todavia, perturba-nos o espírito uma consideração: se o pecado procede dos seres criados por Deus, como não atribuir a Deus os pecados, sendo tão imediata a relação entre ambos?” (AGOSTINHO, 1995, p. 28).

De fato, pensar a questão do mal é se envolver num embate de ideias paradoxais. Por esta razão, ousemos fazer aqui, uma alusão à passagem bíblica, relacionada a alguns elementos sobre a parábola do Joio e o trigo (Mt 13,24-30). É sabido que, ambas as realidades mencionadas são coexistentes, mas contraditórias entre seus princípios, embora, a eliminação imediata do joio, acarreta também a do trigo. A resolução possível e parcial desse aspecto emblemático consiste, em permitir que tais frutos cresçam juntos, apesar dos riscos colaterais de danificar os componentes saudáveis e bons desta cevada serem tangíveis. A ideia é criar mecanismos naturais que atenuem os agravantes causados pelo joio, de modo a viabilizar a preponderância do trigo, e assim, chegar à finalidade pela qual fora designado. As pessoas, de modo “semelhante”, nascem da mesma estirpe - Deus, dotada de amor livre e, por conseguinte, com a possibilidade de fazer mal – liberdade. O conflito interno de querer ou não fazer a coisa certa, às vezes, parece um tanto confuso e obscuro. A vontade imediata de exterminar o mal é existencial, e quase que utópico. Neste aspecto, desejar suprimir o mal corresponde a eliminar um bem, que é a liberdade. Há controvérsias, mas, quando empregamos o termo, “vencer” o mal pelo bem, isso já repercute ao menos, um grau de esperança maior, por estar atrelada às consequências da mesma demanda, dentro da condição de liberdade humana, capaz de transpor limites e de canalizar seus esforços para uma reta intenção, que gera frutos de amor, paz, e apenas benevolências. Então, o problema não está no universo, tão pouco nos elementos naturais, mas no homem criado bom e livre, suscetível a corrupção, e capaz de decidir entre o Bem e o Mal (AGOSTINHO, 1997, p. 192).

3. O Livre-arbítrio e a vontade livre

Na perspectiva de Agostinho de Hipona, a liberdade é um dom concedido pelo próprio Deus. Dando continuidade a este raciocínio, em termos semelhantes, o ser humano é dotado de uma capacidade chamada por ele de livre-arbítrio, segundo o qual, é possível decidir pelo caminho da retidão, justiça, verdade, bondade, orientado para Deus, assim como também, optar pelos caminhos dos vícios e pecados. Então, porque motivo, Deus daria ao homem este livre-arbítrio da vontade, haja vista que, por meio dessa dádiva concedida a humanidade, poderia resultar na existência do pecado no mundo, pois de outro modo, de que forma existiria o mal? Por que Deus nos deu a possibilidade de pecar? (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 73).

Na interlocução entre seu amigo Evódio, o hiponense procura justificar essa noção de livre-arbítrio, recorrendo à justiça e à bondade de Deus. Com efeito, Deus é bom e tudo que deriva dele, conseqüentemente, tende a ser benevolente, apesar de, às vezes, o homem criado a sua imagem e semelhança (Gn 1,26), afastarem-se de seus desígnios. Agostinho corrobora a ideia postulada por Evódio, desde que o homem em si, seja considerado um bem que de fato, não estaria apto a corresponder com este chamado, caso não lhe fosse precisamente dotado de vontade livre, pois, de outra maneira, via-se privado de praticar o bem. No entanto, assim ele diz:

[...] Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. Há, pois, uma razão suficiente para ter sido dada, já que sem ela o homem não poderia viver retamente. Ora, que ela tenha sido concedida para esse fim, pode-se compreender algo, pela única consideração que se alguém se servir dela para pecar, recairão sobre ele os castigos da parte de Deus. Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se viver retamente, mas igualmente para se pecar. Na verdade, como poderia ser castigado, com justiça, aquele que se servisse de sua vontade para o fim mesmo para o qual ela lhe fora dada? (AGOSTINHO, 1995, p. 74-75).

No pensamento de Agostinho dar-se a entender que a razão de ser e existir do livre-arbítrio, está orientada exclusivamente para um alvo, que é Deus, o Supremo Bem e a justiça por excelência. Conseqüentemente, a vontade livre do homem se vê direcionada para este fim, apesar da possibilidade existente de rejeitar ou de negar tal realidade. Uma das características benéficas de Deus na ótica de Agostinho consiste na manifestação de sua justiça, interpretada como justa medida. Logo, é de responsabilidade

do próprio homem arcar com as devidas ocorrências advindas de suas ações, e esperar de Deus, o prêmio pela boa conduta ou a condenação, caso decida contrariar este princípio de bem, verdade e retidão. Mas podemos nos perguntar: em que medida é justo a recompensa do castigo por algo que me fora dado involuntariamente, como vontade livre desde o princípio? A resposta de Agostinho é muito precisa, quanto a isso: “Igualmente o castigo, como a recompensa, seria injusto, se o homem não fosse dotado de vontade livre. Ora, era preciso que a justiça estivesse presente no castigo e na recompensa, porque aí está um dos bens cuja fonte é Deus” (AGOSTINHO, 1995, p. 75).

Em contrapartida, a verdade postulada por Agostinho a despeito do livre-arbítrio, concedido por Deus para boas ações, despertava em Evódio, certa insegurança e contradição, quanto à veracidade deste dom, pois, igualmente, também podemos por meio dele agir mal. Segundo Evódio, todos deveriam estar privados de fazer o mal, por meio da própria vontade, se de fato, esse bem que chamamos de livre-arbítrio, garantisse o que propusera desde o princípio, a saber: viver de forma exclusivamente honesta e reta, porém, sem está sujeita a nenhum tipo de ambiguidade (AGOSTINHO, 1995, p. 75-76).

Contudo, Agostinho se posiciona da seguinte maneira, em outras palavras:

[...] Mas sendo certo que o próprio Deus nos deu essa vontade livre, qualquer seja a forma como recebemos esse dom, devemos confessar que Deus não estava obrigado de no-lo dar como foi dado nem de modo diferente. Na verdade, quem no-lo deu foi Aquele a quem de modo algum podemos criticar com justiça as ações. (AGOSTINHO, 1995, p. 76)

Portanto, em Deus, tudo tem sua razão de ser, e, por conseguinte, motivos suficientes para conceder livre-arbítrio ao homem.

Inicialmente, a premissa que Agostinho defende é a de que a liberdade é própria da vontade e não da razão. Isto porque, no mundo dos gregos, havia uma expressão advinda do paradoxo socrático, cuja máxima: “é impossível conhecer o bem e fazer mal”! Quanto a isso, há controvérsias. O fato de a razão conhecer a verdade das coisas, não significa, necessariamente, que a vontade irá consentir em todas as ocasiões, apesar das propriedades fazerem parte da mesma substância humana, em que as faculdades a elas atribuídas exerçam papéis completamente distintos e autônomos, não obstante, estarem associados, de algum modo. Conclui-se, dessa maneira que, é próprio da razão, conhecer, e da vontade, decidir, até mesmo sobre elementos ilógicos e em desarmonia com a plena razão. E, em consonância com esta reflexão, é que “se explica a possibilidade da *aversio*

a Deo e da conversio ad creaturam”, ou seja, a alternativa de o homem negar o próprio Deus e converterem-se plenamente, as criaturas (REALE; ANTISERI, Dario, 2003, p. 98).

4. Liberdade e a Graça Divina

A antropologia agostiniana está vinculada à liberdade humana, em que um dos aspectos gira em torno de uma capacidade singular que o homem tem em diferentes ocasiões, que é a faculdade da razão. Enquanto que alguns animais, em questão de força e competências corporais estão mais aprimorados do que o homem, e, por conseguinte, limitados apenas a existir e viver, privado de consciência acerca do sentido pelo qual se movem no mundo. O homem, por outro lado, ocupa pela excelência atribuída ao ato da criação de Deus, um poder significativo, por meio da inteligência. Nesse quesito, o homem é constituído de três fatores: o existir, o viver e o pensar! (AGOSTINHO, 1995, p. 44).

Este mesmo homem dotado de inteligência e consciente da vida vê-se perfeitamente ordenado para viver do modo mais qualificado possível, entre os seres vivos. Pois esta dádiva concedida ao gênero humano, pressupõe certa superioridade, na ordem da criação e, ao mesmo tempo, um grau maior de responsabilidade, e administração dos artefatos em torno de si (AGOSTINHO, 1995, p. 45). No entanto, o que vai definir em Agostinho se o homem está perfeitamente ordenado será sua capacidade racional de administrar os movimentos da alma. De acordo com o que diz: “Então, quando a razão, a mente ou o espírito governar os movimentos irracionais da alma, é que está a dominar na verdade no homem aquilo que precisamente deve dominar, em virtude daquela lei que reconhecemos como sendo a lei eterna” (AGOSTINHO, 1995, p. 45-46).

Então, o fato do homem ser pleno de inteligência não é suficientemente necessário para designá-lo superior e diferente dos demais animais, se ele não for sábio e constituído de sabedoria. E, sábio aqui, entende-se aquele que durante o curso da vida submete todas as suas paixões ao controle da mente. Do contrário, seríamos como que pessoas insensatas à mercê dos impulsos carnis. Busca-se, portanto, por meio da reta razão, a perfeição, a retidão no pensar e viver (AGOSTINHO, 1995, p. 48-49).

Na perspectiva de Agostinho, uma pessoa cujo espírito está pleno de virtude, jamais dará lugar a uma vida pervertida e imersa nos vícios de toda a sorte. É inconcebível

transferir o papel de domínio e governo que o homem tem sobre a natureza para as paixões (luxúria, avareza, soberba, inveja, preguiça, ambições etc.), de modo que, ela venha substituir sua integridade na classe dos seres vivos; mas, sabemos que isso não procede, a não ser pela livre escolha do homem em submeter-se até irracionalmente, a tais aptidões. Uma vez dominado por elas, corre-se o risco de não mais ser o “senhor” de si, mas apenas um mero escravo. Por isso, o hiponense, constata que não há nada mais elevado do que a mente repleta de razão e sabedoria. E, que, “portanto, não há nenhuma outra realidade que torne a mente cúmplice da paixão a não ser a própria vontade e o livre-arbítrio” (AGOSTINHO, 1995, p. 51-52).

[...] Há, porém, uma necessidade de pecar, não devido à condição humana em si, mas enraizada na deformidade da natureza. Por isso, ouça o homem e, para se libertar desta necessidade, aprenda a dizer a Deus: *Livra-me das minhas aflições* (Sl 25, 17). Esta súplica revela uma luta contra o tentador que luta contra nós valendo-se dessa necessidade. Por isso, com o socorro da graça por Jesus Cristo nosso Senhor, a imperiosa necessidade desaparecerá e nos será concedida a plena liberdade. (AGOSTINHO, 1998, p. 190).

E, para continuar usufruindo desta liberdade restaurada é preciso viver por Cristo, com Cristo, e em Cristo, conforme segue: “Eu sou a videira e vós os ramos. Aquele que permanece em mim e eu nele produz muito fruto; porque, sem mim, nada podeis fazer” (Jo 15, 5). Eis aqui a razão pela qual nada se faz de bom e excelência sem a ajuda da graça, dita pela autoridade máxima do evangelho, Jesus Cristo, “porque, sem mim, nada podeis fazer”, o que obviamente, Pelágio negava; pois julgava ser o livre-arbítrio, suficientemente capaz e forte para vencer o pecado ou o mal, e praticar o bem por conta própria (AGOSTINHO, 1998, p. 243-244).

Para Agostinho, tanto a liberdade como o livre-arbítrio, são fatores que se equivalem. A graça, por sua vez, não tem nenhuma pretensão de invalidar a liberdade, mas pelo contrário, revigora e revitaliza a vontade. (AGOSTINHO, 1999, p. 78-79). A fim de que um dia também possamos dizer como São Paulo apóstolo: “Já não sou eu que vivo, mas é Cristo que vive em mim” (Gl 2, 20).

A graça e a liberdade são atributos que favorecem a natureza humana rumo à respectiva integridade. Agostinho sob a autoridade das Sagradas Escrituras está convencido de que, sem este auxílio divino é impossível perseverar em Deus, e seguir no caminho da justiça e retidão. Os que assim se julgam capazes de viver por si somente, são advertidos pela sentença profética: “Maldito o homem que confia no homem e se apoia

no seu braço de carne, e cujo coração se retira do Senhor” (Jr 17, 5). Segundo Agostinho, essa confiança exacerbada no homem, em si, traz menção ao que era pregado pelos hereges pelagianos de seu tempo, pelo qual ele mesmo refutara em seus escritos (AGOSTINHO, 1999, p. 30).

Por certo, a capacidade de realizar e firmar-se nas boas ações advêm de Deus, pois ele vem em socorro às fragilidades humanas. Portanto, faz-se necessário, reconhecer-se capaz de praticar qualquer bem, não por conta própria, mas apoiado e, em colaboração com a graça divina, como bem exclamava o salmista: “Tu és minha ajuda, não me deixes, nem me abandones, ó Deus, meu Salvador” (Sl 26,9) (AGOSTINHO, 1999, p. 30).

Entende-se que, por si somente, o homem é ambíguo e inseguro na realização do bem. Nesse sentido, é preciso frisar uma vez mais, o que Santo Agostinho entendia por graça: “a graça não é outorgada de acordo com os merecimentos humanos, pois, em caso contrário, a graça não é mais graça (Rm 11, 6); chama-se graça, porque é dada de graça” (AGOSTINHO, 1999, p. 73).

Dessa forma, a verdadeira liberdade segundo Santo Agostinho, é aquela que sob a autoridade da graça divina vive na justiça e retidão da vontade. Em relação ao teor dessa autêntica liberdade, continua imprescindível o auxílio de Deus, uma vez que a natureza humana fora corrompida, e enfraquecida pelo pecado na vicissitude histórico-bíblica. A graça de Deus, nos é concedida, em razão de seu amor pela humanidade. Seu Filho, Jesus Cristo, aquele que se fez “caminho, verdade e vida” (Jo 14, 6), cuja graça, é a de ser alcançada por ele, e convidados a introduzirem-se na dinâmica do reino de Deus, como aspecto salvífico de liberdade sanada e integrada.

5. A liberdade ética agostiniana

A liberdade ética teológico-filosófica proposta pelo Santo de Hipona, possui um caráter extremamente relevante, quanto à efetividade moral exercida em prol da edificação da sociedade. É uma postura ética que confirma a veracidade dos ensinamentos evangélicos – de modo a censurar todo gênero de estrutura social, econômica e política, que contraria o projeto de vida proposto por Jesus Cristo. Ou seja, a implantação de uma sociedade fraterna, em que todos têm vida feliz e digna, o que Jesus chama de Reino de Deus.

A posição de Agostinho rumo à felicidade, se dá única e exclusivamente, pela respectiva comunhão com Deus, segundo a qual já nascemos direcionados e a caminho

do bem Supremo. O afastamento desta ordem natural é sucumbir-se no erro, e por consequência, a vida infeliz. Assim ele diz: “Todos querem ser felizes, mas sem poder sê-lo. Pois nem todos querem viver com retidão, e é só com essa boa vontade que têm o direito à vida feliz” (AGOSTINHO, 1995, p. 62-63).

Percebe-se que o entendimento ético do bispo de Hipona é imprescindivelmente pautada na ética do amor, atrelado à linguagem cristã, *caritas* – a máxima entre as virtudes teológicas postuladas pela reflexão bíblica, em busca de uma santidade no reto agir humano, rumo ao seu fim último, que é Deus (SOUZA NETTO, 1995, p. 337).

Para Aurélio Agostinho, a humanidade possui uma lei divina internalizada, cujos princípios intrínsecos consistem na lei da liberdade e do amor. No entanto, apesar de os homens terem sido criados bons e amados por Deus, também fora composto de vontades, que, por vezes, são contrárias às do espírito (AGOSTINHO, 1998, p. 178). A fim de superar este conflito moral que deturpa o agir ético, a Carta de Paulo aos Romanos, exorta: “Ora, eu vos digo, conduzi-vos pelo Espírito e não satisfareis os desejos da carne”, a saber: fornicação, impureza, ódio, rixas, invejas, libertinagem, discórdia e coisas semelhantes. “Mas deixai-vos guiar sob as aspirações do Espírito”, cujos frutos são amor, alegria, paz, bondade, benignidade, mansidão, fidelidade e autodomínio (Gl, 5, 16-23). Isto, “porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado”, conforme elucida o Apóstolo Paulo (Rm 5,5).

[...] A nossa vontade é sempre livre, mas não é sempre boa. Ou é livre da justiça, quando se sujeita ao pecado, e então é má, ou é livre do pecado quando serve à justiça, e nesse caso é boa. A graça de Deus, porém, é sempre boa, e faz com que tenha boa vontade quem antes a tinha má. Com seu auxílio, a vontade que começou a ser boa, cresce em tanta bondade que chega a cumprir os mandamentos divinos que quiser, quando o desejar com decisão. (AGOSTINHO, 1999, p. 56)

A tomada de decisão é fundamental para a “vocação do amor”, no intuito de querer viver eticamente à luz da consciência moral teológica. O Santo Bispo acredita que a verdadeira ética deriva do amor Divino, pois a partir Dele, os homens são iluminados e ajudados pela graça de Deus a atuar de modo recíproco e benevolente para com os seus semelhantes. Com efeito, o amor a Deus e ao próximo constitui a essência da ética agostiniana, no sentido de que, emite uma exigência ética de pura bondade e gratuidade, cujo critério é incondicional, porque perpassa os horizontes da meritocracia, está além dos pré-requisitos estabelecidos de um vínculo trivialmente convencional (MOURA, 2009, p. 117).

É preciso, portanto, querer atuar eticamente, pois, “é útil o querer, quando podemos; é útil o poder, quando queremos. O que adianta querermos o que não podemos ou não querermos o que podemos?” (AGOSTINHO, 1999, p. 56). O Teólogo Agostinho foi indubitavelmente, este sinal visível da presença de Deus no mundo, que mostrou-se adepto deste movimento ético dinâmico em benefício da vida digna, motivado a viver uma entrega a Deus pelo serviço evangélico prestado ao próximo, em diversas expressões sociais, religiosas e ético-morais.

Como vimos, a base da ética agostiniana está centralizada no amor de Deus e ao próximo, e conseqüentemente, isso envolve o conceito de liberdade e livre arbítrio da vontade. Ao sermos criados por Deus fomos criados livres para amá-lo como para negá-lo. A liberdade ética, é a vontade livre para abraçar a verdadeira felicidade que deriva da lei de Deus, contida nos homens. Este mandamento do amor pela qual a humanidade está marcada, é que devemos viver e agir eticamente a todo momento. A rejeição ou afastamento deste projeto divino nos põem fora da dinâmica do Reino de Deus, e distante da autêntica felicidade. Pois, Segundo Agostinho, somente no culto prestado a Deus, é que está a chave da verdadeira promessa da felicidade eterna (AGOSTINHO, 1996, p. 194).

Considerações finais

Esta pesquisa se propôs a analisar o conceito de liberdade, na perspectiva de Agostinho de Hipona. Ele, por sua vez, foi um notório teólogo, além de filósofo, durante o período medieval da era patrística. A partir de uma visão histórico-teológica tornou-se possível aproximar da complexidade que existira acerca do problema do mal, em detrimento da liberdade humana. A definição de liberdade, na lógica do Bispo hiponense, se deu numa época em que por trás de uma construção filosófica grega, estava implícito o caráter determinista do universo, cujas vidas existiam à mercê dos deuses, por meio de uma predestinação cósmica universal.

Em contrapartida a essa crença cultural, vimos a articulação do pensamento de Agostinho, que, do ponto de vista do livre arbítrio e vontade humana, as pessoas existem dotadas de liberdade, em razão de um Supremo Bem, único e absoluto. O homem constituído por este Deus, como sua imagem e semelhança, é chamado a seguir um caminho real e possível de amor e benevolência, não de maneira arbitrária ou imposta,

mas pela livre vontade, pois, é própria da liberdade, a capacidade de fazer escolhas, porém, compete à vontade decidir entre fazer o bem e ou mal.

Em resposta a premissa: “Se tudo provêm de Deus, que é o Bem, em que parte origina-se o mal”? O problema do mal passa a ser visto não como uma substância ou inerente à natureza humana, mas uma forma de redução, ausência e privação de Ser-Bem, de modo que, tudo aquilo que se corrompe comporta uma descaracterização de bem. A existência do mal, no entanto, é um dano colateral ocasionado pela escolha desordenada do homem. Na visão de Agostinho, o pecado adoeceu a humanidade, na medida em que permitiu desviar-se da vontade de Deus para satisfazer as concupiscências humanas. O poder de decisão e consistência da vontade para o Bem, viu-se ameaçado ou completamente enfraquecido.

Por isso que, em Agostinho, o homem é livre na medida em que está em plena conformidade com a natureza pela qual foi criada, quando este, por meio da própria razão e entendimento, converte a sua vontade à suprema vontade de Deus, pois somente por este parâmetro, o indivíduo está livre da escravidão da corrupção, na ordem dos seres existentes. Logo, a verdadeira liberdade é somente possível pela Graça de Deus, cujo auxílio divino, impulsiona o homem a permanecer no caminho da retidão, verdade e justiça. Destacamos que a graça divina não pretende substituir a liberdade humana, mas salvá-lo de uma possível recaída e regressão ao mal.

Para tanto, é preciso que os homens estejam dispostos a colaborar com esse projeto de salvação, em conformidade com a graça divina. Pois, a conversão do homem “velho” para o “novo”, não se dá em um passo de mágica, mas por meio de uma exigência ética e evangélica: [...] “Arrependei-vos e crede no evangelho”. (Mc 1, 15). Jesus Cristo é o evangelho vivo que se deve crer e ser seguido. Como ele mesmo diz: [...] “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo 14, 6). Dessa maneira, enfatizamos que, a ética agostiniana está respaldada na perspectiva bíblico-cristã, cuja essência de vida consiste em ressignificar os atos e palavras de Jesus Cristo guiados pelo amor incondicional para com Deus e o próximo.

Sustentamos que a liberdade ética corresponde a uma vontade decidida em prol do Bem, rumo à felicidade e à vida feliz. Para Agostinho, esta expectativa de vida não é uma utopia, mas, é real e tangível, desde que tenha a reta intenção e colaboração com a Graça de Deus, que, por sua vez, ajuda o homem a manter-se consistente no caminho proposto, e a superar os desafios requeridos no processo de conversão, como por exemplo: os vícios, paixões, preguiça, má vontade, luxúria, vazio existencial, falta de fé, desespero

e concupiscências humanas. Conforme ele dizia: “Todos querem ser felizes, mas, sem poder sê-lo, pois nem todos querem viver com retidão, e é só com essa boa vontade que têm o direito à vida feliz”.

A análise aqui abordada sobre a liberdade, segundo Agostinho de Hipona fora pertinente, por se tratar de um dilema que é transversal na história humana, mas que, ao mesmo tempo não deixa de ser atual. E, por fim, levou-nos a repensar a liberdade a partir de um viés teocêntrico e filosófico, pelo o qual a humanidade é destinatária de um livre-arbítrio para agir eticamente, e se responsabilizar pelas respectivas escolhas que podem conduzir, tanto para Bem quanto para o mal.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus**. 2. ed. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

AGOSTINHO, Santo. **A Graça (I)**. São Paulo: Paulus, 1998, (Coleção. Patrística; 12).

AGOSTINHO, Santo. **A Graça (II)**. São Paulo: Paulus, 1999, (Coleção. Patrística; 13).

AGOSTINHO, Santo. **A natureza do bem. O castigo e o perdão dos pecados. O batismo das crianças**: São Paulo: Paulus, 2019.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1997.

AGOSTINHO, Santo. **O Livre-Arbitrio**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 1995, (Coleção. Patrística; 8).

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2013.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4ª ed. Zahar: Rio de Janeiro, 2006.

MONDIN, B. **O homem, quem é ele?** elementos de antropologia filosófica.

MOURA, Paulo Hamurabi Ferreira. **Os fundamentos ético-morais da paz no de civitate dei de santo Agostinho e sua contribuição para a atual construção da paz**. 2009. 229f. Tese (Doutorado em teologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15421/15421_1.PDF>. Acesso em: 11/01/2022.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da filosofia: Patrística e Escolástica**. V.2. São Paulo: Paulus, 2003.

SOUZA NETTO, Francisco Benjamim de. **Agostinho: a ética**. Veritas (Porto Alegre), v. 40 (159), p. 337-350, 1995. Disponível em

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/35985>> Acessado em: 10/01/2022.

Recebido em: 30/06/2022

Aprovado em: 31/10/2022